



ANA CRISTINA SUZINA

A CONTRIBUIÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL POPULARES
ALTERNATIVOS AO DESENVOLVIMENTO DA DEMOCRACIA E DA CIDADANIA NO
BRASIL

Artigo apresentado ao **Grupo de Trabalho de
Comunicação e Democracia** no V Congresso da
Compolítica, realizado em Curitiba/PR, entre os
dias 8 e 10 de maio de 2013.

ISSN 2236-6490

MAIO 2013

Título

A contribuição dos meios de comunicação social populares e alternativos ao desenvolvimento da democracia e da cidadania no Brasil

Autora

Ana Cristina Suzina

Jornalista (UEPG), Mestre em Ciência Política (Universidade Católica de Louvain – UCL - Bélgica) e postulante ao doutorado em Ciências Sociais (UCL)

E-mail: anasuzina@hotmail.com

Resumo

Este artigo analisa as contribuições dos meios de comunicação populares e alternativos, produzidos por movimentos sociais e organizações da sociedade civil, ao desenvolvimento da democracia e da cidadania no Brasil. A reflexão tem como base a contribuição destes meios à participação de diferentes atores no processo de debate, conflito e decisão política, elemento destacado por autores como Dahl (2001, 2005a e 2005b), Mouffe (2000 e 2003), Santos (1998), Habermas (1992), Bobbio (1986), Touraine (1994), entre outros, como uma condição fundamental para o desenvolvimento da democracia.

Os meios populares e alternativos são regularmente associados aos movimentos sociais (PERUZZO, 2004 e 2006; FESTA e SILVA, 1988). O contexto da ação coletiva mudou muito no Brasil, influenciado pela implantação de diversos mecanismos de participação da sociedade nas decisões políticas, mas é preciso também levar em conta as características particulares de uma democracia construída sobre profundas desigualdades sociais, políticas e econômicas (GOHN, 2010 e 2011; SCHERER-WARREN, 2009; DAGNINO e TATAGIBA, 2010).

Segundo Peruzzo (1998, 2006), os meios de comunicação populares e alternativos correspondem à expressão das lutas populares por melhores condições de vida. Considerando as transformações ocorridas no campo da ação coletiva, é preciso observar os novos desafios que envolvem esse tipo de produção mediática. Nesse contexto, os meios populares e alternativos podem ser tomados como promotores de mediação entre o mundo da vida - formas de reprodução social, cultural e pessoal associadas aos modos de vida da sociedade - e a esfera pública e política - dominada pelo debate e pela racionalidade na troca de argumentos (HABERMAS, 1981). A conexão entre estes dois mundos passa pelo acesso e pelo envolvimento aos meios populares e alternativos, considerando que eles estabelecem uma mudança de escala para trazer questões nacionais aos territórios locais e para levar os problemas e experiências locais à esfera nacional.

Palavras-chave

Meios de comunicação populares e alternativos, democracia, movimentos sociais, mundo da vida, esfera pública, ação coletiva

Introdução

Práticas de comunicação fazem e sempre fizeram parte das estratégias de ação de movimentos sociais e organizações da sociedade civil, de maneira mais ou menos estruturada, mais ou menos alinhada com os objetivos políticos e de transformação defendidos por esses atores. A própria evolução da natureza da ação política no Brasil interfere nos processos comunicacionais escolhidos e implementados nesse campo, historicamente. Os meios de comunicação criados, no conjunto dessas estratégias, vêm sendo analisados por suas características técnicas, simbólicas e ideológicas, por seus modelos de gestão, assim como pelos efeitos produzidos junto a seus públicos. Este artigo se concentra nesta última perspectiva e aborda a forma como esses meios, chamados aqui de populares e alternativos – apesar de se saber que sua classificação pode ser igualmente mais abrangente e mais precisa –, contribuem para a formação de sujeitos democráticos, isto é, para a constituição de atores capazes e motivados a participar de maneira mais concreta e qualificada do debate político.

Uma proposta de leitura toma exatamente a capacidade/disponibilidade de participação dos atores como o elemento que estabelece uma conexão entre os campos da política e da comunicação. Outra reflexão propõe observar essa participação a partir de duas perspectivas. A primeira é a da construção e/ou do fortalecimento de subjetividades, em que os atores valorizam e tomam consciência dos efeitos de suas experiências cotidianas, individuais e comunitárias, sobre a transformação de suas vidas e da sociedade. A segunda toma em consideração a formação política dos sujeitos que se tornam mais capazes de interferir no processo de decisão política. Ambas fazem ou, pelo menos, propõem uma articulação entre o mundo da vida e a esfera pública.

Este artigo está organizado em cinco seções, além desta introdução. As três primeiras fazem um balanço geral sobre aspectos da democracia, dos movimentos sociais e dos meios de comunicação populares e alternativos no Brasil. Finalmente, as duas últimas seções propõem observar esses meios de comunicação como recursos que alimentam a subjetividade e a racionalidade dos atores, neste diálogo entre o mundo da vida e a esfera pública.

Democracia e participação

A dinâmica democrática retomada com o fim da ditadura e a Constituição Nacional de 1988 está em processo de amadurecimento e conta com uma forte participação da sociedade civil, que vai além dos processos eleitorais regulares. Por exemplo, Dagnino e

Tatagiba (2010) relatam que 75% dos municípios brasileiros têm uma instância de decisão orçamental que inclui a participação da sociedade; em um caso particular, somente na cidade de São Paulo, em 2006, havia 35 espaços de decisão política que previam o envolvimento da população. Porém, há estudos que questionam a institucionalização da participação social (GOHN, 2011 e 2010; DAGNINO e TATAGIBA, 2010; SUZINA, 2012), que tem demonstrado uma tendência de concentração nos espaços oficiais de decisão política, como os conselhos de políticas públicas, por exemplo.

No desenvolvimento do seu conceito poliarquia (2001, 2005a et 2005b), Dahl defende que a participação é um dos elementos fundamentais para a consolidação da democracia. O autor fala de uma sociedade plural, que é descrita por ele como uma situação em que “nenhum grupo social teria acesso exclusivo a qualquer dos recursos de poder, isto é, nenhum grupo social poderia garantir sua preponderância sobre os demais” (2005a, p.19).

Ao tomar a participação a partir dessa concepção mais ampla, dois outros aspectos podem ser identificados, automaticamente, como importantes para o desenvolvimento da democracia, que são a subjetividade e o conflito. Este último é destacado por Mouffe (2000, 2003), para quem a democracia é uma dinâmica em que novas hegemonias podem substituir-se sucessivamente, realçando diferentes perspectivas e preferências dos vários grupos sociais. De acordo com esta autora,

“lo que realmente se dirime en la lealtad a las instituciones democráticas es la constitución de un conjunto de prácticas que hagan posible la creación de ciudadanos democráticos.” (MOUFFE, 2003, p.108)

Mouffe defende que é necessário desenvolver formas democráticas de individualidade e de subjetividade, elementos fundamentais para garantir as condições de existência de sujeitos democráticos.

Pleyers (2010, 2012) analisa a ação dos altermundialistas e defende que o caminho para tornar-se ator na sociedade global pode passar por duas vias, a da subjetividade e a da razão. A primeira é profundamente associada com a experiência vivenciada pelos atores, em uma dinâmica que envolve a experimentação e a sensação. Quer dizer, as pessoas envolvidas com ações coletivas experimentam novos modelos de organização, de gestão do comum, de tomada de decisão, de construção e de transmissão de valores, e esse processo extrapola o campo das ideias, porque dialoga com as percepções particulares de cada participante, inclusive a respeito do resultado de suas tentativas de

participação. Essa reflexão conduz a uma valorização do ator como sujeito do processo de mudança, pois tais experiências são capazes de mudar as práticas dos próprios cidadãos, bem como de produzir transformações no contexto social geral. Segundo o autor, “*for de alter-globalization activists, political engagement is lived rather than calculated*” (PLEYERS, 2010, p.38 – grifo do autor).

Nesse contexto, a subjetividade tem papel central. Os atores precisam lidar e mesmo rever seus princípios, pois a transformação do mundo passa pela transformação de seus próprios hábitos e valores, pela construção de novas formas de sociabilidade. É por isso também que o foco da ação, na via da subjetividade, é o espaço local, o bairro, a comunidade, a cidade. A articulação global é importante para ampliar a dimensão do movimento e para favorecer a troca de experiências vividas, mas a ação se passa no nível local. “*The separation between daily life and activism disappears as everyday activities and life itself become the fields and issues at stake in social conflicts*” (PLEYERS, 2010, p.42). Em vez de influenciar o processo político estabelecido, estes grupos buscam fortalecer autonomias locais e transcrever/associar demandas políticas e econômicas, assim como críticas ao sistema neoliberal, às práticas cotidianas. Segundo eles, trata-se de uma forma de cidadania ativa, em que cada ator toma conhecimento, parte e compromisso de/com seu papel nas mudanças da sociedade que, concretamente, nascem de mudanças em sua própria vida.

A via da razão, por sua vez, está fundamentada sobre o desenvolvimento de competências e de estratégias para, ao contrário, influenciar a tomada de decisão nas instâncias políticas estabelecidas. Segundo Pleyers (2010, p.109), essa forma de ação dos atores, que se autoproclamam cidadãos ativos em vez de ativistas, baseia-se no acesso e na disseminação de conhecimento, na especialização e na educação popular.

Esses atores valorizam a capacidade de agir como forma de encontrar soluções e de motivar a vontade política de implementá-las. E tal capacidade está, a sua vez, diretamente relacionada com a aquisição de habilidades técnicas e teóricas para tomar parte, com credibilidade e legitimidade, dos mecanismos de decisão política presentes na sociedade ou mesmo para criticá-los. Essas características se convertem em elementos distintivos da participação. Os atores da via da razão buscam dialogar de igual para igual com tomadores de decisão e líderes de instituições. A ação pode ocorrer em todos os níveis, mas privilegiam-se os fóruns globais e nacionais, por seu potencial de instaurar regras e mudanças para o conjunto amplo da sociedade.

A estratégia desses atores está relacionada com a análise das decisões políticas, com o estímulo ao amplo debate sobre os temas de interesse da sociedade, com a transparência dos processos de negociação e decisão, com a construção de lógicas alternativas para solucionar os problemas, e com a mobilização para a contestação das soluções ineficientes ou mesmo prejudiciais a certos grupos, o que inclui o confronto com os tomadores de decisão. A complexidade dessa dinâmica é, de certa maneira, dependente de mecanismos de disseminação de informação e de formação política.

“The primary purpose of many organizations is thus to endow their members with the tools necessary to understand the world in ways which escape the hold of the dominant neoliberal ideology and to provide them with the means to debate political trends.” (PLEYERS, 2010, p.121)

Outros autores incluem a participação e o conflito entre os desafios relativos ao desenvolvimento da democracia nas sociedades modernas. Bobbio (1986) defende que a transformação permanente é uma característica fundamental das democracias. De acordo com este autor, a definição de democracia compreende pelo menos um conjunto de regras para a formação de decisões coletivas, com a participação mais ampla possível dos interessados. A sua definição de sociedade democrática se associa à coexistência de vários grupos de poder, o que a caracteriza como policêntrica, poliárquica e pluralista. A tônica é colocada sobre a ação dos grupos organizados na sociedade.

Santos (1998) concorda que a construção da democracia passa pelo conflito, mas acrescenta a perspectiva da solidariedade. Ele acredita que o conflito pode transformar a ansiedade dos excluídos em ansiedade compartilhada por incluídos e, assim, fundamentar o estabelecimento de um consenso ao redor do bem comum. A democracia envolveria, assim, a capacidade de transformação e de revolução no decorrer do processo, a partir da livre circulação de ideias e da partilha de um destino comum.

Os movimentos sociais e a institucionalização das lutas

Com SCHERER-WARREN (2008, p.508) e GOHN (2010, p.14), vê-se que os movimentos sociais são associados ao estabelecimento de uma identidade comum, à definição do conflito e dos adversários, às práticas comunicacionais diversas, à busca de uma utopia. Este setor mudou muito nos últimos anos. A prosperidade econômica brasileira recente parece ter produzido efeitos concretos, sobretudo no aumento do número e na natureza das organizações sociais. Desde meados dos anos 1990, sua presença aumentou em mais de 200% (IBGE, 2006) e uma dinâmica de

profissionalização do setor foi estabelecida, fenômeno que DAGNINO e TATAGIBA (2010) chamam de “ONGisation”. Essas autoras dizem que a atual situação brasileira é resultado da proliferação de parcerias entre a sociedade civil e o Estado e representa uma mudança significativa na natureza da ação coletiva em geral. Entre outros aspectos, uma parte importante das novas organizações foi criada com o objetivo de realizar serviços públicos, por meio de convênios com o governo.

Gohn (2010) identifica um certo modismo que busca afastar a imagem de movimentos de reivindicações, próprios dos anos 1970 e 1980, para estabelecer uma nova concepção de organizações que apresentam propostas e se articulam em redes temáticas diversas. As ações coletivas tendem a ser menos relacionadas a ideologias e a tendências políticas particulares, e mais orientadas por laços sociais comunitários, fundados em critérios como raça, gênero, idade ou habilidades e capacidades humanas (GOHN 2010: 12).

“Na atualidade, muitos dos novíssimos movimentos, ou ações civis denominadas movimentos, não têm mais o universal como horizonte, mas sim o particular, os interesses imediatos, o direito de sua categoria ou grupo social. E as ações coletivas que são movimentos sociais de fato tiveram que alterar suas práticas e reivindicações.” (GOHN, 2010b, p.12)

Nesse processo, mas com reflexos bastante peculiares, a consolidação democrática desempenha o papel provavelmente mais importante. A implementação progressiva dos instrumentos presentes na Constituição de 1988 tornou-se um elemento central de definição da agenda dos movimentos sociais. Isso inclui o aumento notável do número de espaços de decisão política, onde a participação da sociedade civil é solicitada, como mencionado na seção anterior. Influenciar os processos de elaboração das políticas públicas, assim como controlar a sua execução, passou a fazer parte das estratégias de ação coletiva no país, muitas vezes de forma central (DAGNINO e TATAGIBA 2010, GOHN 2010 e 2010b, SUZINA 2012).

Para Gohn, esta situação traz vantagens e riscos. Os movimentos adquirem competências associadas à gestão pública e à negociação. Em contrapartida, a concentração da ação política nos espaços institucionalizados pode enfraquecer a sua autonomia. O Estado passa a ser o seu ponto de referência e a lógica das políticas públicas contribui para determinar as suas estratégias e escolhas, o que representa um risco de controle e regulação pelos atores políticos já estabelecidos.

Pleyers (2010) aborda o tema da especialização da ação coletiva, a partir de suas análises sobre os altermundialistas, sob a perspectiva da via da razão. O autor discute o

risco de transformação das mobilizações em grupos intelectualizados de pressão, algo que pode institucionalizar o movimento e inibir seu caráter conflitivo. Esse risco se agravaria pelo excesso de “tecnocracia” e pelo distanciamento entre os gestores do movimento e suas raízes, quer dizer, os grupos sociais afetados pelo problema.

“The institutionalization of movement organizations, the privileged place assumed by experts, and lack of grassroots membership together encourage a retreat from the anti-establishment pole of the movement and from grassroots social struggles.” (PLEYERS, 2010, p.128).

SCHERER-WARREN (2008, 2009) reforça a ideia de que a história e a evolução dos movimentos sociais no Brasil foram fortemente influenciadas pelo contexto de práticas discriminatórias e de falta de justiça social. O crescimento econômico recente trouxe importantes transformações na qualidade de vida para milhões de brasileiros. No entanto, ainda não transformou de maneira revolucionária a situação de desigualdade e o país permanece entre as nações onde o índice de GINI é o mais elevado.

Como agravante, é possível dizer que essas desigualdades são transferidas aos espaços políticos; DAGNINO e TATAGIBA (2010) falam da falta de formação técnica para participar nas decisões políticas, por exemplo. Esta condição põe em questionamento a qualidade da democracia estabelecida. Segundo Mouffe (2000: 5), os princípios da democracia deliberativa passam pela participação. Contudo, esse conceito pressupõe uma decisão coletiva tomada por um grupo de atores igualmente capazes de expressar suas ideias e preferências. Instaurar um procedimento para tomada de decisão coletiva, não é suficiente.

“The aim is to generate ‘communicative power’ and this requires establishing the conditions for a freely given consent of all concerned, hence the importance of finding procedures that would guarantee moral impartiality”. (MOUFFE, 2000, p.5)

Para Habermas, o estabelecimento de um espaço político público depende igualmente das garantias oferecidas por instituições do Estado de Direito e do apoio de tradições culturais, de modelos de socialização, de uma cultura política própria a uma população habituada à liberdade (1992, p.185).

O papel dos meios de comunicação populares e alternativos

Os meios de comunicação populares e alternativos costumam ser observados como forma de expressão de segmentos da população, sobretudo, aqueles excluídos ou

marginalizados na sociedade. Mais do que instrumentos, eles também podem ser analisados como processos que permitem a formação e o fortalecimento de identidades e subjetividades, assim como recursos que permitem e favorecem a construção e a disseminação de conceitos, de ideologias e de bandeiras de luta política. Eles podem corresponder à perspectiva de oferta de visões alternativas de mundo, mas podem, mais do que isso, funcionar como aglutinadores e projetores que conectam o mundo da vida à esfera pública. Eles podem, enfim, interferir de modo determinante na capacidade e na motivação à participação dos atores no espaço público.

Aruguete (2005) e Miguel (2000) destacam a necessidade de analisar os processos de comunicação presentes em uma sociedade de maneira ampla, como elementos de definição de desafios. Para eles, os meios de comunicação influenciam drasticamente a apresentação de ideias, propostas e fatos que dirigem a evolução da democracia. De acordo com Miguel (2000), os meios de comunicação social contribuem para a construção da realidade porque podem confirmar, reforçar ou negar experiências individuais e relações simbólicas de poder.

McCombs (1997) recupera uma série de pesquisas realizadas nos Estados Unidos que demonstraram uma correlação relevante entre os assuntos presentes na imprensa e os considerados mais importantes pelos cidadãos americanos. Um destas pesquisas descobriu, por exemplo, uma variação da importância atribuída ao tema direitos humanos pelos cidadãos em relação à sua presença na imprensa num dado período. Por sua vez, Vieira (2007) estabeleceu uma relação entre a situação de pobreza das diferentes regiões brasileiras e a concentração dos meios de comunicação social. De acordo com o autor, mais da metade (56%) de toda a informação jornalística produzida no Brasil tem origem em cinco empresas midiáticas. Um estudo do EPCOM de 2006 destacou

“uma relação direta existente entre o poder econômico de uma região e o grau de concentração e de pluralidade dos meios de comunicação. (...) Quanto mais pobre é a região maior é o nível de concentração da mídia, ou seja, menor é o número de agentes que detém (*sic*) veículos como rádio e televisão, sendo que o Produto Interno Bruto (PIB) está diretamente relacionado à quantidade de emissoras de radiodifusão e operadoras de TV por Assinatura nos estados” (Vieira, 2007, apud Suzina 2008)

Miguel (2000, 2002) destaca que os meios de comunicação estão entre os principais mecanismos de acesso às informações necessárias aos cidadãos para agir sobre a esfera

política, assim como entre os principais instrumentos dos políticos para difundir suas mensagens. O autor recupera reflexões de Meyrowitz para dizer que os meios de comunicação, sobretudo os eletrônicos, alteraram a percepção da sociedade em relação aos desafios sociais e políticos. De acordo com ele, é necessário observar a lógica política por trás das escolhas de comunicação e como os atores se apropriam dos recursos do campo da comunicação e os aplicam em sua própria ação. Paiva fala da midiatização da sociedade contemporânea, propondo

“reconhecer que todas as atividades e relações, mesmo aquelas que historicamente definiam a existência do indivíduo, como a personalidade, o trabalho, a educação, a política ou a religião, são modificadas pela estrutura midiática.” (2003, p.3)

Finalmente, Miguel (2002) também pondera que a superação dos vícios dos meios de comunicação de massa depende de pressão social, especialmente daqueles que se encontram na situação de exclusão ou de prejuízo decorrentes da dominação dos discursos e da gestão desses meios.

Por sua vez, Graber (2003) defende que é necessário ir além do papel dos meios de comunicação como tal e avançar sobre a pergunta da participação cidadã e Paiva (1998) associa a virtude da comunicação à sua capacidade de construir um sentido comum, de tornar a informação um bem comunitário. Para ela, a definição ou a compreensão de um destino comum, a comunhão e o pertencimento são elementos fundamentais para desencadear, fomentar e manter a participação. Nestas perspectivas, passa-se do consumo de produtos midiáticos a uma apropriação das informações e da gestão dos processos comunicacionais para intervir sobre a sociedade.

Seguindo esse raciocínio, se entendemos a política e os meios de comunicação como campos distintos, como na interpretação que Miguel (2002) faz a partir do conceito de Bourdieu, a participação pode ser tomada como o elemento transversal que estabelece um diálogo, uma conexão entre eles. A proposta de reflexão que se faz é que, no contexto da produção midiática alternativa e popular, atributos do campo dos meios de comunicação podem dar forma a essa participação, por meio da construção e do fortalecimento de identidades coletivas que terminam por descrever e/ou, por outro lado, por influenciar novos modelos de sociedade, por meio da valorização das experiências de grupos sociais particulares, da produção e da disseminação de conteúdos que alimentam o conflito e a capacidade de interferir nas decisões políticas. Em ambos os casos, a comunicação popular e alternativa funciona como o canal

articulador entre o mundo da vida e a esfera pública; ela teria a capacidade de retirar o cidadão comum de seu estado de possível apatia, desinteresse ou incompreensão pelo campo da política.

Segundo esta perspectiva, pode-se compreender que os meios de comunicação populares e alternativos promovem uma mediação entre o mundo da vida e a esfera pública. Sendo que o mundo da vida é aquele das formas de reprodução social, cultural e pessoal associadas aos modos de vida da sociedade, enquanto o espaço público e político é dominado pelo debate e pela racionalidade na troca de argumentos entre os membros da sociedade, como definem Oliveira (1999) e Silva (2001), a partir da obra de Habermas.

A conexão entre estes dois mundos passa pelo acesso e/ou pelo envolvimento aos meios de comunicação populares e alternativos, considerando que eles estabelecem uma articulação entre escalas para trazer questões nacionais aos territórios locais bem como para levar os problemas e experiências locais à esfera nacional. Esta passagem de uma escala à outra se faz tanto de cima para baixo, por meio da difusão de informações e da agenda nacional, como de baixo para cima, a partir da exposição das experiências e perspectivas locais, que dão visibilidade às vozes de grupos sociais normalmente invisíveis no espaço público.

Os meios de comunicação populares e alternativos buscam romper a delimitação estabelecida de que certos grupos estão autorizados a fazer política e os demais são intrusos que se manifestam de maneira ilegítima. Esses meios levam a política para o meio da praça, para o pátio das escolas, para a porta das igrejas e procuram resgatar os elos entre esses espaços, que constituem a vida da sociedade e o campo político em si. Os meios de comunicação de massa alcançaram o reconhecimento suficiente para serem entendidos como atores políticos de fato (MIGUEL, 2002, p.180). Os populares e alternativos podem ter o potencial para emancipar novos atores.

Peruzzo (2006) defende que os meios de comunicação social populares e alternativos realizam o direito à comunicação, o que compreende o acesso à informação propriamente dito, bem como a possibilidade de participar na sua produção e difusão, a partir da própria experiência. Essas iniciativas, assim como o debate para a formulação e o desenvolvimento de conceitos que os expliquem, vêm passando por diversas transformações no decorrer do tempo, visto que as primeiras são muito influenciadas pelo contexto sociopolítico e econômico em que estão inseridas.

A comunicação alternativa foi associada regularmente aos meios de comunicação social que difundem ideias críticas e de oposição política. São iniciativas que buscam se estabelecer como canais alternativos de informação em relação aos meios de comunicação de massa, sejam eles privados ou públicos, mas que vão além dos próprios meios para fundar processos de comunicação mais amplos. Entre suas características distintivas estão linhas político-ideológicas bem definidas e claras, propostas editoriais diferenciadas em relação a conteúdos e abordagens, modos de produção que envolvem bases populares ou se sustentam sobre o apoio de militantes, e estratégias de produção que valorizam a participação, a liberdade de expressão e a aplicação dos meios para a mobilização. (FESTA e SILVA, 1986; PERUZZO, 2008)

Em virtude da grande variedade de iniciativas e para facilitar sua observação, Peruzzo (2008) propõe a classificação de duas grandes correntes: (1) a comunicação popular, alternativa e comunitária; e (2) a imprensa alternativa. Esta última estaria mais diretamente vinculada ao jornalismo alternativo, isto é, à produção de meios, como jornais, revistas e outros produtos midiáticos comprometidos com a difusão de leituras alternativas de mundo, seja em abordagens variadas sobre assuntos já presentes no jornalismo de massa, seja no tratamento de temas omitidos pelos grandes meios. A imprensa alternativa pode ou não ter raízes populares e comunitárias. A autora explica que, em seu conjunto, essa corrente engloba iniciativas que podem ser agrupadas em cinco categorias: jornalismo popular e alternativo ou de base popular; jornalismo alternativo colaborativo, que envolve voluntários ou produtos elaborados a partir de múltiplas contribuições; jornalismo alternativo autônomo, levado adiante por empreendedores que não têm necessariamente vínculo com movimentos ou organizações sociais; jornalismo político-partidário; jornalismo sindical.

Já a comunicação popular, alternativa e comunitária consiste em iniciativas que surgem para suprir “*necesidades de expresión de segmentos de las clases subalternas en sus luchas por el establecimiento de la justicia social*” (PERUZZO, 2008, p.121). Segundo Peruzzo (1998, 2006), essa corrente emerge da ação dos grupos populares e cumpre um papel de mobilização coletiva; é feita a partir do povo - com a sua participação ou em relação a suas aspirações - e/ou dirigida ao povo. Dentro desta corrente, há, ainda, uma distinção entre a comunicação popular e comunitária, que é constituída no âmbito de movimentos sociais ou comunidades – sejam geográficas ou estabelecidas por afinidades quaisquer – e obedece a suas demandas e prioridades, por meio de uma gestão horizontal, e a comunicação popular alternativa, que guarda muita semelhança

com esta anterior, inclusive favorecendo a participação de segmentos da população em muitos casos, sem, no entanto, constituir-se, necessariamente, uma propriedade de um movimento ou comunidade.

Peruzzo (2008) observa que essas definições conceituais são de difícil observação na prática, porque uma mesma iniciativa pode ter características de mais de uma corrente. Ela nota, ainda, que as mudanças no contexto dos movimentos sociais brasileiros, nos últimos anos, também influenciam diretamente os modelos de comunicação adotados. A variação e a especificação das bandeiras de luta, a relativização do caráter ideológico das ações coletivas, a dispersão da figura do adversário, todos esses aspectos interferem tanto no desenho das formas de comunicação escolhidas pelos atores sociais quanto nas possibilidades de enquadrá-las em conceitos específicos.

Faxina (2001) alerta, ainda, para a possibilidade de instrumentalização dos meios de comunicação pelos movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Ele recorda que, muitas vezes, a conquista e a implementação desses meios não significa necessariamente revisões na forma de fazer comunicação, quer dizer, muitas dessas iniciativas reproduzem práticas verticais e focadas no embate político e econômico, que deixa de lado a cultura e, portanto, as subjetividades. Sendo assim, existe uma mudança de fontes, de conteúdos e de abordagens, mas o modelo de sociedade – ainda que seja opressor e combatido pela própria ação coletiva que originou o processo de comunicação – permanece intocado. Paiva (2003) destaca que existe uma grande diferença entre usar os meios de comunicação e adotar uma postura midiática, que vai além da apropriação de técnicas, linguagens e signos.

Comunicação popular e alternativa como mecanismo de construção de identidades

Em uma crítica às leituras elitistas da política, Miguel afirma que a desigualdade política, que determina uma divisão estática entre governantes e governados, “é fruto de uma organização social que concentra em poucas mãos o capital político” (2002, p.162). Nesse cenário, segundo a análise do autor, alguns “monopolizam a capacidade de intervir no campo político”, enquanto outros “internalizam a própria impotência” (idem), ciclo que só poderia ser rompido pelo reconhecimento das competências políticas de mais atores sociais.

Em sua análise sobre a via da subjetividade, e com foco nos espaços de experimentação promovidos por movimentos altermundialistas, Pleyers (2010) resgata, por sua vez, o conceito de capital social, tal qual aplicado por Putnam, para descrever a constituição de

um espírito coletivo e comunitário como um fundamento da democracia. *“The creation of ‘spaces of experience’ and reinforcement of social links are core issues in these groups. These local movements create a local collective and community spirit.”* (PLEYERS, 2010, p.43) Meios de comunicação populares e alternativos cumpriram, segundo essa lógica, um papel determinante para a aquisição de capital político e social e, conseqüentemente, para a construção de identidades democráticas.

Para Peruzzo (2006), a participação ativa dos cidadãos na gestão e na divulgação de conteúdos conduz à constituição de processos educacionais e, conseqüentemente, ao exercício da democracia e da cidadania. O envolvimento a experiências de comunicação pode, assim, contribuir para aproximar ou inserir a vida diária dos cidadãos na esfera política. Este exercício ajuda a estabelecer uma conexão entre a experiência cotidiana e o contexto de debates políticos mais globais; a democracia deixa de ser algo reservado aos políticos e intelectuais para se tornar um tema presente nas ações da vida real destes cidadãos. A participação nos processos de elaboração e gestão dos meios de comunicação populares e alternativos contribui, desta maneira, para a formação do sujeito.

A via da subjetividade está relacionada ao uso criativo de meios de comunicação, que servem, sobretudo, para organizar as ações, compartilhar informação e coordenar atividades. Essas práticas são caracterizadas como uma reapropriação dos meios de comunicação para transformá-los em espaços de expressão de subjetividades – em oposição direta aos meios de comunicação de massa, considerados manipuladores e nocivos à autonomia dos grupos sociais. Alguns meios de comunicação chegam mesmo a funcionar como uma espécie de âncora, que orienta novos adeptos das mobilizações e mantém ativos todo o grupo de mobilizados. Em suas pesquisas, Pleyers (2010) identificou a criação de rádios comunitárias, por exemplo, como mecanismo de fortalecimento do tecido social em bairros envolvidos em ações coletivas.

“They build local structures that give their inhabitants an access to active citizenship and that call for a fundamental change in the relationship between the local and the global scales.” (PLEYERS, 2010, p.67)

Ao estudar processos comunicacionais da Pastoral da Criança, Faxina observou algumas características que corroboram a proposta de revolução contínua, próxima do que sugerem Santos (1998) e Pleyers (2010), pois

“o fim dessa comunicação não é, no entanto, essa ‘revolução’ social, mas possibilitar a criação de uma nova cultura ‘revolucionária’, especialmente no

desenvolvimento de laços comunitários de solidariedade que se constroem a partir da realização pessoal e social de seus atores, comprometidos com a solidariedade universal.” (FAXINA, 2001, p.96)

A transformação da sociedade passa a ser uma questão de pequenas revoluções diárias, que se passam no cotidiano dos grupos sociais e que são retratadas e valorizadas por esses meios de comunicação. Retoma-se a proposta de Paiva (1998), para quem a comunicação permite o estabelecimento de sentidos comuns, que constroem e alimentam comunidades. Martín-Barbero (1986) propõe um olhar à comunicação dos movimentos sociais mais unido à cultura, onde o bairro funciona como espaço de mediação entre o universo privado e o mundo público.

Essa reflexão dialoga com a caracterização dos meios alternativos de orientação popular e comunitária, proposta por Peruzzo e mencionada na seção anterior. Eles são tidos como mais orgânicos aos movimentos sociais e outras organizações que arregimentam segmentos da população interessados em provocar mudanças na sociedade e ampliar o acesso a direitos. Esses meios de comunicação se convertem em mais um espaço de experiência – aplicando o conceito próprio da via da subjetividade –, pois seus formatos, conteúdos e abordagens não seguem, necessariamente as especificações de outros meios de comunicação. Eles não têm uma função em si, mas se realizam no conjunto, na dinâmica e de acordo com a evolução da mobilização. Sobretudo, buscam a emancipação dos atores envolvidos, provocando neles a apropriação das relações que existem entre o mundo da vida e a esfera pública, de forma a dar-lhes consciência de sua capacidade de intervenção, seja por ações localizadas, seja pela expressão de suas demandas e perspectivas junto à sociedade mais ampla.

Comunicação popular e alternativa como recurso para influenciar decisões

Dahl (2005b) apresenta o acesso às fontes alternativas de informação entre os seis pilares fundamentais de seu conceito de poliarquia. Ele define essas fontes como todas as que não estão sob o controle do governo ou outro grupo político específico que possa influenciar o comportamento e as atitudes políticas dos cidadãos. O autor defende que todas as pessoas têm o direito de buscar informações junto a outros cidadãos, a especialistas, aos meios de comunicação e outras fontes.

De acordo com esta perspectiva, o desenvolvimento da democracia está associado à oferta de diferentes visões de mundo. Para Bourdieu (2006), a percepção do mundo social é produzida, de um lado, por situações desiguais de poder e capital entre os

diferentes atores e, de outro lado, por percepções resultantes de lutas simbólicas precedentes. De acordo com este autor,

“o conhecimento do mundo social e, mais precisamente, as categorias que o tornam possível são o que está, por excelência, em questão na luta política, luta ao mesmo tempo teórica e prática pelo poder de conservar ou transformar o mundo social, conservando ou transformando as categorias de percepção deste mundo.” (BOURDIEU, 2006, p.142)

No momento em que se reconhecem os meios de comunicação social como produtores e/ou difusores de leituras do mundo, eles podem ser observados como agentes de motivação à transformação ou manutenção das situações e mesmo das relações entre os cidadãos e os processos democráticos. Bourdieu fala da capacidade de fazer existir em estado explícito, de tornar coletivo algo que era originalmente privado e que, por conseguinte, pode tornar-se sentido comum.

Segundo Pleyers (2010), os altermundialistas, sob a perspectiva da via da razão, entendem que a batalha contra o neoliberalismo se dá, sobretudo, no campo das ideias, pois seria necessário romper com a imagem de naturalidade de suas normas para provocar o debate democrático e estabelecer novos princípios e formas de organização da sociedade. Esse modelo prevê que todos os cidadãos se apropriem dos temas que afetam suas vidas e sejam capazes de analisar e propor alternativas, isto é, de agir na orientação e na construção de sua própria história.

Nessa perspectiva, a ação dos atores está profundamente relacionada com a informação: “*participation cannot be dissociated from information*” (PLEYERS, 2010, p.122). A capacidade de agir depende do suporte da opinião pública à identificação dos problemas e às propostas alternativas de organização da sociedade que, regularmente, são disseminadas por boletins e outros meios de comunicação próprios de cada organização. Paiva (2003) fala de uma “pregnância discursiva”, segundo a qual os movimentos contra-hegemônicos se esforçam em produzir e difundir discursos, usando amplamente os meios de comunicação. Para a autora, essa é a forma pela qual esses grupos, independente de sua dimensão, podem intervir na organização da sociedade (PAIVA, 2003, p. 11).

Segundo essa concepção, informação e meios de comunicação confiáveis são elementos-chave da democracia. Os meios alternativos e populares de comunicação se convertem em mecanismos de educação popular, que buscam reforçar a autonomia dos

cidadãos, sua capacidade de analisar e contrapor ideias e, portanto, de participar do debate público.

Neste contexto, os meios de comunicação populares e alternativos podem contribuir para reforçar a democracia a partir da divulgação de informações junto aos diferentes grupos sociais, bem como da utilização de fontes alternativas e da apresentação de outras leituras de mundo. Sendo assim, a contribuição para a democracia é associada à capacidade de incluir os cidadãos de maneira mais ampla no debate em relação aos assuntos que tocam a sua vida - mesmo que um tema possa parecer complexo, distante ou difícil para o cidadão comum - e, assim, dar-lhes melhores condições para participar no debate a respeito dos desafios sociopolíticos e econômicos em nível comunitário ou junto à sociedade. O ideal é que cada cidadão seja capaz de compreender o assunto e repercuti-lo em seus próprios círculos de convivência regular. Todo o processo está relacionado com a emancipação do sujeito, para que ele possa exercer seu papel como ator social, individualmente e em conjunto com seus pares.

“The heart of alter-globalization is found in the evolution of the discursive regime from poverty and suffering to inequality, allowing a transition to the logic of social conflict and an assertion of the possibility of acting.” (PLEYERS, 2010, p.154)

Peruzzo (2008) recorda a importância, nesse contexto, da imprensa alternativa, que pode ou não estar vinculada com comunidades, movimentos sociais ou organizações populares diversas. Quando esse vínculo existe, a característica distintiva de sua produção jornalística é o fato de se dirigir a toda a sociedade ou a grupos mais amplos que os próprios membros da mobilização já estabelecida em torno de uma causa. A autora cita como exemplo o jornal Brasil de Fato, como uma iniciativa midiática que nasce da mobilização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), mas tem uma distribuição mais abrangente que seus militantes e simpatizantes. Esses meios não se restringem aos fatos das comunidades engajadas à causa original, mas abordam os temas gerais da sociedade, a partir de uma perspectiva crítica, fundada em fontes alternativas de informação. Enquanto isso, a imprensa alternativa sem associação direta com um movimento ou organização específica também cumpre o papel de tocar em temas e propor abordagens que raramente aparecem na mídia convencional.

Conclusão

A evolução da democracia brasileira vem provocando mudanças importantes na natureza da ação coletiva no país. Os meios de comunicação utilizados pelos atores engajados em movimentos sociais e organizações da sociedade civil, que já cumpriram diferentes funções no decorrer da história, podem ser vistos como instrumentos para motivar e/ou fortalecer a participação dos cidadãos na esfera pública. Neste artigo, consideramos a participação como o elemento transversal que pode conectar o campo da comunicação e o campo da política. E, nesse contexto, identificamos duas formas como os meios de comunicação alternativos e populares podem influenciar no estabelecimento e na qualificação dessa participação: por um lado, eles podem favorecer a construção ou a nutrição de identidades e subjetividades, e por outro lado, permitem a aquisição ou o suporte à capacidade de influenciar as decisões políticas.

A comunicação que reconhece e fortalece as subjetividades está relacionada com a emancipação dos atores e com a valorização de práticas locais que provocam a transformação da vida cotidiana desses mesmo atores, assim como da sociedade. Na conjuntura brasileira recente, pode ser associada a iniciativas que buscam constituir comunidades de solidariedade para superar as ainda persistentes situações de desigualdades econômicas e sociais. Nelas, os meios de comunicação são orgânicos à mobilização, são geridos por seus membros e obedecem às demandas e objetivos de transformação propostos pelo movimento ou organização em questão.

Por sua vez, a comunicação produzida no âmbito da interferência nas decisões políticas se relaciona mais diretamente com a educação política popular, com o desenvolvimento da capacidade crítica e de habilidades para propor soluções alternativas aos problemas da sociedade. A contribuição dos meios de comunicação populares e alternativos como recurso para construção de argumentos, atualização de informações sobre os problemas sociais e como eles afetam distintos grupos, elaboração e valorização dos discursos de luta parece dialogar de modo bastante concreto com o contexto de institucionalização da ação coletiva no Brasil, como vimos na seção sobre a situação dos movimentos sociais contemporâneos.

É preciso salientar, porém, que, assim como classificar casos de comunicação como populares ou alternativos ou comunitários é uma tarefa muito difícil, isolar sua contribuição ao fortalecimento de subjetividades ou à influência nas decisões políticas também pode configurar-se um exercício árduo. O mais provável é que ambos os objetivos e ambos os efeitos ocorram de forma conjugada no âmbito dos movimentos

sociais e organizações da sociedade civil. Seriam, assim, mecanismos que provocam a constituição de tipos diferentes, porém associados – e provavelmente retroalimentados – de cidadania. Cada um à sua maneira, ambos promovem articulações entre o mundo da vida e a esfera pública, revelando de forma concreta o caráter político da vida em sociedade.

Bibliografia

BOBBIO, N. **O futuro da democracia**: Uma defesa das regras do jogo . 6ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

DAGNINO, E. ; TATAGIBA, L. Mouvements sociaux et participation institutionnelle : Répertoires d'action collective et dynamiques culturelles dans la difficile construction de la démocratie brésilienne. **Revue internationale de politique comparée**, Louvain-La-Neuve, Vol. 17, p. 167-185, 2010/2.

DAHL, R.A. **Sobre a democracia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

-- **Poliarquia**: participação e oposição. 1ª edição, 1ª reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005a.

-- Political institutions and democracy. **Political Science Quarterly**, New York, Vol. 120, N°. 2, p.187-197, 2005b.

FAXINA, E. **Participação e Subjetividade em Movimentos Sociais**: Um estudo de caso sobre as práticas culturais contemporâneas como espaço de construção e legitimação do ser individual e ator social. 289 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Departamento de Cinema, Rádio e Televisão da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2001.

FESTA, R.; SILVA, C.E.L. (orgs). **Comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986.

GOHN, M.G. (org.). **Movimentos sociais no início do século XXI: Antigos e novos atores sociais**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2011.

-- **Movimentos sociais e redes de mobilização civis no Brasil contemporâneo**. 2ª Ed., Editora Vozes, Rio de Janeiro, 2010.

-- **Novas teorias dos movimentos sociais**. 3ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2010b.

GRABER, D. The media and democracy : Beyond myths and stereotypes. **Annu. Rev. Polit. Sci.**, N°. 6, p.139-160, 2003.

HABERMAS, J. L'espace public, 30 ans après. **Quaderni**. N. 18, pp. 161-191, Automne 1992.

-- **The Theory of Communicative Action**: Reason and the Rationalization of Society (vol.1). Cambridge: Polity Press, 1981.

MARTIN-BARBERO, J. A cultura: mediação entre política, educação e comunicação. **Revista Proposta**. Rio de Janeiro: FASE, nº 28, 1986.

MIGUEL, L.F. Os meios de comunicação e a prática política. **Revista Lua Nova**, n.55-56, p. 155-184, 2002.

- Um ponto cego nas teorias da democracia: Os meios de comunicação. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica**. Nº. 49, p.51-77, 1º semestre de 2000.
- MOUFFE, C. **La paradoja democrática**. Barcelona: Gedisa, 2003.
- Deliberative Democracy or Agonistic Pluralism. **Political Science Series 72**. Vienna, 2000.
- OLIVEIRA, N. Mundo da Vida e Forma de Vida: A Apropriação Habermasiana de Husserl e Wittgenstein. **Veritas**. 44/1, pp.133-146, 1999.
- PAIVA, R. Os media alternativos como parte dos novos processos de mobilização popular no Brasil, in: REBELO, José (org). **Novas formas de mobilização popular**. Porto: Campo das Letras, 2003.
- PERUZZO, C.M.K. Aproximaciones entre la comunicación popular y comunitaria y la prensa alternativa en Brasil en la era del ciberespacio. In: **XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2008, Natal/RN. Versión revisada y ampliada. [traducción al español de Óscar Curros M.]
- **Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária**. In: XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2006, Brasília/DF.
- 1998. **Comunicação nos Movimentos Populares**. Petrópolis, Vozes.
- PLEYERS, G. **Alter-globalization**. Cambridge, UK : Polity Press, 2010.
- SANTOS, B.S. **Reinventar a democracia: Entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo**. 2ª edição. Lisboa: Gradiva, 1998.
- SCHERER-WARREN, I. Movimentos sociais na América Latina: revisitando as teorias. Conferência no seminário “Ações coletivas, movimentos e redes sociais na contemporaneidade”. In: **XIV Congresso Brasileiro de Sociologia**, 2009, Rio de Janeiro/RJ.
- Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória? **Caderno CRH**. Salvador, v. 21, n. 54, p. 505-517, Set./Dez. 2008.
- SUZINA, A.C. **Mouvements sociaux au Brésil au debut du 21ème siècle: Le cas de la Caritas Brésilienne et du Fonds national de Solidarité, pendant les premières années du gouvernement Lula, 2002-2007**. 207 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – École de Sciences Politiques et Sociales de l’Université Catholique de Louvain, 2012.
- **Imprensa e democracia: a importância da pluralidade de informações na consolidação da democracia**. 61 f. Monografia (Especialização em Sociologia Política) – Universidade Federal do Paraná, 2008.
- TOURAINÉ, A. **Qu’est que la Démocratie?** Paris: Fayard, 1994.